

1  
9  
6  
2

# II SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA



FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

# ANAIS

## CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA AGRÁRIA DO PARANÁ — I: FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA TRADICIONAL DOS CAMPOS GERAIS

BRASIL PINHEIRO MACHADO (\*)

Tanto êste trabalho, apresentado por mim, como o que se lhe segue, elaborado pela Professôra Altiva Pilatti Balhana, fazem parte de um só conjunto, estão integrados num programa geral, organizado pelo Departamento de História, com a cooperação, atual e programada, de outros órgãos e Departamentos da Universidade, com a coordenação do Conselho de Pesquisas da Universidade.

Ê este trabalho, no seu aspecto mais aparente, um tópicô da história regional.

Já estava êle redigido, evidentemente, quando li nos Anais do I Simpósio de Marília, a conferência do Professor Pedro Calmon, na qual afirmava que estamos, já agora, em condições de inverter a orientação de Capistrano em relação à história geral do Brasil e às histórias monográficas e regionais.

Fazendo o necrológio de Varnhagen, dizia Capistrano que não se poderia escrever a História Geral do Brasil, como o fizera Varnhagen, enquanto não se trabalhasse intensamente sôbre aspectos parciais da história brasileira, isto é, enquanto monograficamente não se esclarecessem problemas específicos de regiões, de temas, de motivos, de aspectos institucionais da história nacional. Afirmava êle que por muito tempo ainda não seria possível fazer-se uma história geral do Brasil, nem mesmo com os sábios de sua época, por causa das grandes lacunas que ainda existiam no terreno das investigações históricas. E analisando a obra de Varnhagen, procurou mostrar como o tratamento de seus temas foi desnivelado; como cada século da história colonial teve as suas próprias características e deve ter a sua própria metodologia.

Acha o Professor Pedro Calmon, que é um emérito pesquisador, e que é autor da mais recente história geral do Brasil, que, nos tempos atuais, já estamos saturados de história regional e local, e que já estamos capacitados a construir a síntese geral da formação histórica brasileira.

---

(\*) Professor Catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná.

O trabalho que aqui apresento é, no seu primeiro aspecto, um tópico da história regional e, de qualquer forma, não incidiria na censura do Professor Calmon, quando não por outros motivos, por este que passo a expor.

Estou convencido de que o aspecto dominante da formação histórica brasileira, não está na região geográfica ou administrativa com sua conseqüente influência sobre a população, mas no fato de que, mais ou menos indiferentemente à geografia e à administração, a sociedade brasileira histórica se organizou sempre em grandes “comunidades” humanas e sociais. E que o instrumento de captação dessa realidade social-histórica — a comunidade — é a estrutura social com que essas comunidades se apresentaram, e pela qual se individualizaram, espacial e temporalmente.

Acompanhando a formação e as mudanças da estrutura, suas conexões com a envolvente estrutura nacional — poderá o historiador captar, afinal, os processos históricos que se desenvolvem, e que estão se desenvolvendo, na superfície e na profundidade das transformações históricas da sociedade brasileira.

Há, ainda, outra circunstância que não está ausente na informação geral deste trabalho.

Na obra de nossos historiadores, há, já delineadas, teorias gerais da história do Brasil. Essas teorias devem sofrer mais elaboração, por meio dos trabalhos empíricos da investigação histórica. Noutras palavras, essas teorias, como teorias e não como doutrinas, devem ser testadas pelos historiadores monográficos.

Uma dessas teorias seria, por exemplo, a da estrutura tradicional da economia brasileira, a que, em aparte neste Simpósio, se referiu a Professora Alice Canabrava, citando a análise econômica feita por Celso Furtado, na sua “Formação Econômica do Brasil”.

Consistiria essa teoria no seguinte: a formação brasileira é, desde o início, um processo capitalista, centrado num tipo de empresa, a empresa produtora de artigo de exportação, e que se localiza num determinado lugar geográfico do território brasileiro, e durante um determinado período de tempo. O conjunto das empresas desse tipo polariza toda a organização econômica e social do Brasil, tanto na sua fase de expansão como na sua fase de decadência. Dá margem à criação e ao funcionamento de outros tipos de empresa, as empresas de subsistência que, não produzindo artigos de exportação, se dedicam à produção de artigos de subsistência, com que abastecem as populações envolvidas nas empresas de exportação, isto é, a empresa de subsistência era um fenômeno econômico induzido pela empresa de exportação. Nos longos períodos de expansão, pela alta rentabilidade, a empresa de exportação acentuava sua especialização, possibilitando a expansão das empresas de subsistência, com maior demanda de abastecimento. Nos longos períodos de decadência da empresa de ex-

portação, diminuía a sua especialização, passando ela mesma a produzir os elementos de sua subsistência, o que forçava as empresas de subsistência a se encerrarem dentro de sua própria estrutura, numa cada vez maior tendência autárquica. Assim conclui o teorista: o Brasil marchava, nesses períodos de decadência da empresa de exportação, “para a reversão cada vez mais acentuada a formas de economia de subsistência, com o atrofiamento da divisão do trabalho, redução da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento das formas mais complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma local, etc.”.

Nos princípios do século XVIII a empresa açucareira é substituída pela empresa de mineração, como segmento de dominância da estrutura econômica do Brasil, e se localiza em Minas Gerais. O Brasil todo se reestrutura, tendo como ponto de referência a nova empresa do ouro, e as empresas de subsistência se reorganizam, na finalidade de abastecer o novo conjunto de empresas dominantes.

Pois bem, este trabalho de investigação histórica é, também, uma tentativa de testar a teoria da estrutura tradicional da economia brasileira.

No trabalho que apresento, em primeiro lugar se constata que o segmento principal da população se integra numa estrutura econômica e social baseada no aproveitamento das áreas de campo limpo, para a criação de gado; que o estímulo dessa organização foi o mercado oferecido pelas regiões de mineração do centro do Brasil, Minas Gerais e Goiás em especial. Mais tarde um pouco, mas conjuntamente com a criação de gado, o comércio de muares proveniente do Rio Grande, constitui uma segunda forma do uso da terra, com as atividades que se denominam de tropeirismo.

Sobre a exploração dos campos, a criação de gado, o comércio de muares, o trabalho escravo — se constitui a estrutura agrária de que trata esta comunicação.

Não se pode diminuir a importância do muar na organização econômica do Brasil dos séculos XVIII e XIX. Todo o sistema do transporte do ouro, do café e de outros produtos fundamentais, se fazia em lombo de burro. O historiador paulista Alfredo Ellis Junior esboçou, mesmo, um novo “ciclo” das bandeiras, a que denominou o “ciclo do muar”. “Ciclo”, aliás, que não é característico só no Brasil, mas também no mundo espanhol sul americano, cujo sistema de transporte repousava (fora das planícies platinas que eram percorriáveis por carretas de bois) em lombo de burro. Do Chile, dos Pampas, do Uruguai, do Paraguai, de Corrientes, do Rio Grande, levavam-se as tropas de mulas para as duas grandes feiras do continente: Sorocaba, que redistribuía para o Brasil, e Salta, hoje na Argentina, que redistribuía para o mundo espanhol sul americano.

No século XVIII, no Brasil, era proibida a criação de muares em qualquer de suas Capitanias, com exceção do Rio Grande do Sul. Este

é um fato muito importante. O Conselheiro Veloso, paladino do liberalismo, vergastava essa medida no seu relatório de 1810; medida, dizia êle, que entregava aos fazendeiros do Rio Grande o monopólio da produção de um artigo de fundamental importância. Por que êsse monopólio? O Morgado do Mateus, que o defendia com muita energia, explicava que a sua finalidade era dar ao Rio Grande um motivo forte pelo qual essa região pudesse se integrar e se incorporar realmente no Brasil, solicitado como estava permanentemente pela atração platina. De fato, aquela medida representa uma parte muito grande e muito importante no desenvolvimento econômico e na integração do Rio Grande no sistema de empresas interestruturadas, cuja rede constitui a base material da unidade brasileira.

1 — De um movimento de expansão paulista nos meados do século XVII, nasceu, em Paranaguá, um núcleo de população, que aí se organizou, tendo como base de suas atividades econômicas a lavra de ouro dos rios. Com igual motivação, a população se distendeu até o planalto, onde logo depois se constituiu numa sociedade politicamente organizada, ao redor da vila que afinal se criou, de Curitiba.

Em breve esta vila se tornou o centro de uma expansão populacional em direção ao norte, ao oeste e ao sul, que se efetivou por todo o século XVIII e continuou pelo seguinte. A expansão se fez pelas regiões dos campos naturais, sendo, na organização da vida social, os matos apenas serventias da vida campeira. Nessa área de expansão, tendo como centro dominante a cidade de Curitiba, estruturou-se uma sociedade regional.

Naquela expansão, a comunidade curitibana ocupou os campos de Curitiba; incorporou as fazendas mais antigas, paulistas, dos Campos Gerais; atravessou os matos da Serra da Esperança, ocupando os campos de Guarapuava; daí, atravessou as matas do rio Iguaçu, ocupando os campos de Palmas; marchando mais para o sul, entrou nos campos de S. João, de onde retrocedeu, por encontrar a expansão em sentido contrário dos fazendeiros do planalto catarinense. De Palmas ocupou o Campo Erê, de onde, em procura de um caminho em direção às Missões, região produtora de muares, atravessou o Passo de Goiô-En, sôbre o rio Uruguai, chegando até Santo Angelo, com a primeira ocupação dos campos de Nonoái.

Nessa área distendida se organizam as fazendas de criação de gado, que nos meados do século XIX, atingem tôda a sua potencialidade dentro do sistema econômico-social de um período histórico.

Algumas pequenas cidades, ao longo dos caminhos, se criaram como pontos de convergência para a sociabilidade das populações fazendeiras: Castro, Lapa, Palmeira e Ponta-Grossa, nos Campos Gerais; Guarapuava, nos campos de Guarapuava; Palmas, nos campos de Palmas; e algumas cidades do Rio Grande, como Passo-Fundo, Cruz-Alta e Palmeira das Missões.

Um sistema de caminhos, para ser percorrido a cavalo ou em lombo de burro, ligava, direta ou indiretamente, tôdas as cidades e fazendas. Dêsses caminhos, alguns tiveram importância fundamental, como as duas estradas das tropas.

Uma delas, a mais antiga, vinha desde Viamão, ligada por outros caminhos à campanha riograndense e platina, e subia pela região serrana das Vacarias, atravessava o planalto catarinense por Lages e Curitibanos e, depois de vencer com dificuldade as matas ao sul do Rio Negro, se espriava pelos Campos Gerais, passando pelo Campo do Tenente, pela Lapa donde ia atingir o rio Iguaçu a 14 léguas de Curitiba, em cujas margens estava instalado o Registro, para cobrança dos direitos “sôbre gados e cavalgaduras”; seguia para o Campo Largo e, atravessando a Serra de S. Luis do Purunã, alcançava a Palmeira e logo depois Ponta-Grossa e Castro, de onde continuando para o norte e passando pelo rio Itararé, por Itapeva, Itapetinga, chegava a Sorocaba, depois a S. Paulo, onde se entrosava com os sistemas de caminhos que iam para o Rio e para Minas.

A outra estrada das tropas, aberta pelos próprios fazendeiros dos campos paranaenses, vinha da região missioneira do Rio Grande, ligada a Corrientes, na Argentina, atravessava o atual planalto catarinense em Xaçepó, cortava o Campo Erê, atingia Palmas, donde seguia para o norte atravessando o rio Iguaçu, seguindo pelo vale do rio Jordão, chegava a Guarapuava, daí, seguindo por Imbituva, alcançava Ponta-Grossa, onde se entrozava com a primeira estrada, a do Viamão.

Ainda um terceiro caminho deve ter relevância neste sistema: o que, vindo de Paranaguá, por cima da Serra, alcançava Curitiba e daí ia se entroncar no caminho das tropas, no Registro do Iguaçu. Ainda podemos acrescentar o caminho que, partindo de Curitiba, cortando os campos de S. José dos Pinhais, alcançava o porto de S. Francisco em S. Catarina. Por êsse caminho, sobe para Curitiba, a colonização alemã, procedente de Joinville.

Êsses campos imensos, partilhados em fazendas de criação, tinham como pontos enfraquecidos na sua continuidade, o campo dos Ambrósios, ao sul de S. José dos Pinhais, onde em 1857, Lallement encontrou populações completamente isoladas; e no Campo Erê, sôbre cujas fazendas, o abridor da estrada para Corrientes, constatou em 1860: “a falta de comunicação do Campo Erê com terrenos mais civilizados tem lançado seus moradores em um estado quase bárbaro. Seus gados, pela falta de sal, são miseráveis, suas casas são ranchos, sem uma árvore frutífera, sem uma pequena horta; os gêneros alimentícios são alí por um preço fabuloso”. (1)

2 — Nas últimas décadas do século XVII já estava em desagregação a economia fundada em Paranaguá sôbre a cata do ouro de lavagem. A comunidade que não conseguira enriquecer durante o período anterior ao da abertura das minas Gerais, caíra então em estado

de penúria, vivendo de pequenas plantações de gêneros como o arroz e a mandioca, o que permutava com tecidos de algodão e sal, trazidos do Rio e de Santos, por pequenos navios de revendedores (2); os principais moradores tinham apenas “quatro ou cinco escravos com que lavram seus mantimentos e vão às minas”. (3)

Os habitantes que viviam no planalto ao redor de Curitiba, e que aí se fixaram por volta de 1641, viviam em condições miseráveis e primitivas. (4) Não plantavam senão o necessário para a sua própria subsistência, porque não tinham com quem permutar qualquer excedente, e apenas para se vestirem e adquirir sal, colhiam erva-mate e em cargueiros levaram-na para permutar com os traficantes dos pequenos barcos que aportavam a Paranaguá. (5).

Isolada no litoral e no planalto, não tinha uma função dentro da estrutura econômica brasileira.

Nos princípios do século XVIII, com a concentração de mineradores em Minas Gerais, a crescente dificuldade de abastecimento fez com que o governo de S. Paulo apelasse para o gado que os curitibanos criavam nos seus campos, “para sustento dos mineiros e mais pessoas que se acharam naquele descobrimento”. (6) Incentivados também pelos altos preços que o gado conseguia nas minas (7), a criação nos campos paranaenses se desenvolveu, e a comunidade, com êsse comércio, encontrou a função com que iniciou o caminho de sua integração na estrutura econômica brasileira.

A fazenda de criar, nos campos de Curitiba e nos Campos Gerais, se tornou a “empresa” fundamental da economia da comunidade paranaense, durante todo o século XVIII e grande parte do seguinte. Concomitantemente, a família fazendeira adquiriu o mais alto status da sociedade, inclusive o poder político depois da Independência, e acentuadamente depois da criação da Província, em 1853.

3 — “Os campos naquela Capitania, principalmente para a vila de Curitiba, são tão largos que ainda os seus moradores lhe não chegaram ao fim, assim da parte sul como do poente, e só para o norte, nos que vem às vilas da Comarca de S. Paulo, há fazendas de gado vacum, que tem multiplicado (segundo o que lá dizem) de 40 cabeças que haverá 80 anos se levaram àquele distrito, onde são tão férteis os pastos e fecundas as rezes, que dos chiqueiros em que recolhem de noite as crias para de manhã as ordenharem (...), saem as novilhas com os bezerros, e nos campos se vêem crias mamando nas novilhas e estas nas vacas” — dizia o Ouvidor Pardinho ao Rei, em 1730. (8)

Para se fundar uma fazenda nesse início, o pioneiro procurava uma ponta ou restinga de mato. “São estes campos — continua Pardinho — cortados de vários rios caudalosos, muitos ribeirões e infinitos córregos, em cujas margens sempre há matos mais ou menos largos, a que chamam capões; e há entre os sertanistas que correm aqueles campos só cobertos de capim, experiência certa, em necessi-

tando de água, buscarem-na nos capões e acharem-na em mais ou menos quantidade”. Daí pedirem sesmarias sempre com referência a um mato, “em que fabriquem casas para vivenda, com água para si e criações, e de que tirem lenhas e madeiras precisas e formarem currais, e em que façam derrubadas para plantar mantimentos”. Os currais feitos de páu-a-pique com varas atadas com cipó, eram aproveitados para o plantio de alguma lavoura, depois de bem esterçados pelo gado. Desde o início o trabalho era feito pelo próprio fazendeiro ou por um feitor, “com poucos escravos”.

A medida que o gado se multiplicava, o fazendeiro o “separa em novos currais para o estenderem e serem melhor tratados e curados e sempre lhes é conveniente sejam unidos”.

A multiplicação do gado encontrava três obstáculos que o fazendeiro deveria vencer com técnicas especiais. O primeiro era o rápido crescimento do capim, que endurecia, de maneira que o gado não podia comê-lo. Queimava-se, então, o campo, para que voltasse um pasto mais tenro. Separavam a fazenda em porções, e queimavam sucessivamente cada uma das porções, em tempos diferentes.

Também não era o pasto salitrado. Fazia-se necessário distribuir sal ao gado. A distribuição era feita no próprio campo, espalhando-se montinhos sobre o capim. O gado, dirigido pelos peões, se reunia nesse lugar. “Para chamar os animais à distribuição, os vaqueiros iam galopando e gritando pelo campo; os touros e as vacas respondiam mugindo e logo acorriam de todos os lados. Coloca-se o sal no chão em pequenas porções, e tem-se o cuidado de escolher, para a distribuição, um lugar próximo a algum ribeiro. O gado, depois de ter comido sal, vai beber, volta, come o que sobrou, lambe a terra, e só abandona o lugar quando nada mais resta de seu manjar favorito.” (9) Essa prática, observou Saint-Hilaire, conservava o gado manso, apesar de ser criado à solta pelos campos. Deveriam os fazendeiros adquirir o sal que vinha de Paranaguá, e ao atingir as fazendas o seu preço era considerado exagerado, o que motivava constantes reclamações. (10)

O inverno era o terceiro obstáculo. Desde abril até setembro, sob a ação de inúmeras geadas e do vento sul, o pasto se crestava, e o gado enfraquecido ficava sujeito a todas as doenças. Era, então, tanguido para o mato, onde se alimentava com as ralas gramíneas protegidas contra as geadas pelas árvores, e morria em grande quantidade. “No chamado inverno — diz Lallement — tudo ficava queimado e destruído pela geada noturna e os animais caem numa magreza esquelética. Causa dó então ver os bois e os cavalos. Arrastam-se, na maioria, entre as matas e as moitas e ali vivem dos renovos dos bambús. O homem não os socorre: estábulos e forragens são coisas desconhecidas aqui.” (11)

4 — A propriedade era concedida pelo Capitão General e confirmada pelo poder real, depois de provada a cultura efetiva e a moradia habitual. Fazia-se, pois, a posse muitos anos antes da confirmação. (12)

Quando o gado se multiplicava, o sesmeiro, depois de efetivamente ampliar a área concedida, requeria a concessão de um excesso, “no fundo de sua fazenda.”

De acôrdo com as cartas, as sesmarias variavam, desde as maiores, com quatro léguas em quadra, as médias com três e a maioria com meia légua.

A “Relação das Fazendas de Curitiba”, (13) levantada em 1772, acusa na área dos campos, que vai desde o rio Pitangui, hoje em Ponta-Grossa, até o rio Itararé, tendo como eixo o caminho Sorocaba-Curitiba, a existência de 29 grandes fazendas e 100 pequenos sítios. Das grandes propriedades, apenas 9 proprietários residiam na própria fazenda. Os outros moravam em Paranaguá, S. Paulo e Santos, e as fazendas eram trabalhadas por escravos sob as ordens de um feitor. Alguns dêsses ausentes possuíam mais de uma fazenda, e contra êles as Câmaras Municipais reclamavam continuamente, “por consumirem seus frutos em outros distritos.”

Em 1836, o número de fazendas nos distritos de Castro, Curitiba e Lapa, era de 88. (14) Ao lado dêsses latifúndios surgiram inúmeros pequenos sítios. Situavam-se em terras das fazendas, ao lado destas, ao longo das estradas, nas proximidades das vilas. Eram propriedades de gente pobre. Alguns dêsses sítios eram também trabalhados por escravos, e seus proprietários eram agregados das fazendas, capatazes, libertos, gente de trabalho manual. Criavam alguns cavalos e vacas, plantavam milho e feijão, que negociavam com os tropeiros que vinham do sul.

No princípio do século XVIII o Ouvidor Pardinho estranhava que nos inventários não se “lancem e avaliem as terras, sítios e roças que os defuntum possuem”, pois que a terra não tinha valor. (15)

Depois da expansão das fazendas por todos os campos do Paraná, na era mais alta do tropeirismo, em 1862, o Barão de Tibagi dizia não ser mais possível a compra de uma fazenda “que possa ao menos fazer face às despesas, pois as propriedades aqui chegaram ao maior auge possível, (...) qualquer compra será de grande empate de capital e de pouco interêsse.” (16)

A maior parte das “rixas e crimes” dos paranaenses — diz o Relatório do Chefe de Polícia de 1881 — tinha “por móveis a defesa e conservação de sua propriedade territorial, aliás pouco discriminada, fundadas em títulos duvidosos e nem sempre legais.” (17)

5 — Desde os primeiros povoadores da faixa litorânea até o final do século XIX, em que se completou a expansão fazendeira sôbre a totalidade dos campos do Paraná, a sociedade apresentou a mesma estrutura social que caracterizou tôda a formação brasileira, marcada por uma rígida estratificação dominada pela relação senhor-escravo. Nem o objeto da exploração econômica, nem o ambiente geográfico, nem fator qualquer, afetou a estrutura tradicional, até o final do século XIX.

Cada “empresá” da economia colonial brasileira pode ser vista em dois aspectos que interagionavam permanentemente, e o sistema das fazendas de criação do Paraná não escapava disso.

O primeiro aspecto é o predomínio, de certa maneira, de sua estrutura interna, orientada para a subsistência do seu próprio grupo social e para a manutenção da estrutura geral tradicional, do predomínio de uma classe senhorial composta de famílias patriarcais.

No regime patrimonialista das fazendas, podia viver e se conservar a grande família patriarcal baseada nas relações hierárquicas de todos os seus componentes. No século XVII, a família fazendeira se encastela dentro de suas terras, apolada em seus escravos. Incapaz de enfrentar o govêrno colonial, nega-se também a participar, fazendo-o só à fôrça. Com as Câmaras Municipais, negam-se a participar do monopólio do sal, produto indispensável às suas criações (18). O govêrno colonial do século XVIII, era como um govêrno que houvesse conquistado um povo inimigo. Recrutava, para as milícias, os jovens, confiscava, para os exércitos, os cereais, o gado e as cavalgaduras. Exigia trabalho pessoal de transporte sem retribuição; punha a ferro os pais, quando os filhos recrutados à fôrça, desertavam, até que se apresentassem ou que fossem denunciados. Criava impostos de guerra, de passagem, de dotes para princesas, de privilégios para pagamento de serviços, hereditariamente a famílias ilustres ou enobrecidas; proibia a criação de mulas para não prejudicar as estâncias do Rio Grande.

Encasteladas nos seus campos, as famílias fazendeiras criaram uma economia quase autárquica, acentuaram suas relações patriarcais, lutaram sôzinhas contra os bugres que invadiam suas terras e incendiavam seus paióis. Com o algodão que vinha da região de Sorocaba e com a lã de seus próprios carneiros, em rodas de fiar e teares, manejados pelas mulheres, fabricavam o pano de sua roupa. Com a madeira de seus capões, construam suas casas, suas mobílias, suas cêrcas, seus galpões. Com o ferro em barra armazenado, reparavam seu instrumental de trabalho. Do couro de suas crias faziam os aperos de seus cavalos, os arreios, lombilhos, xergas, buçais, sinchas, botas. Em 1798, respondendo ao Capitão General, a Câmara de Castro dizia que todos os artigos europeus seriam “de serventia”, mas de necessidade eram apenas “ o aço e o sal”. (19)

Para êsses trabalhos, criaram nas fazendas um artesanato escravo: havia escravos oficiais de carpinteiro, oficiais de sapateiro, oficiais de alfaiate, roupeiros, cosinheiros, arrieiros, domadores, campeiros. (20) Na biografia de seus antepassados, Moisés Marcondes evoca as atividades numa fazenda dos Campos Gerais: “... na criação dos gados, no plantio e colheita de roças, na lavoura do trigo, na fabricação dos laticínios; e alongando os serões, onde as filhas e escravas fiavam e teciam panos, fabricavam baixeiros, coxonilhos, rendas finas de bilros e até cigarros...” (21).

Nos inventários das famílias fazendeiras, de 1795 a 1870, podemos arrolar os instrumentos de trabalho que completam a descrição das atividades: machados, foices, enxadas, enxadões, facões grandes, facas, cavadeiras, martelos, torquezes, formões, verrumas, compassos, bordana de carpintaria, plainas, serrotes, serras, sepilhos, enxós goivas, enxós chatas, bigornas, tornos, craveiras, limas, brocas, pregos, barras de ferro com duas arrobas, rodas de fiar, teares de tecer panos com todos os utensílios, pedras de moinho, prensa e roda de ralar mandioca, carros, mesas de carro, bois mansos, cangas, selas, estribos de ferro e de prata, freios, cangalhas, bruacas, tesouras de tosar burros, escovas de preparar cavalos, espingardas, pares de pistola, pólvora, chumbo, algemas de ferro, correntes de ferro.

Na economia quase auto-suficiente das fazendas, o trabalho fundamental era, necessariamente, o da produção de alimentos, que consistiam basicamente em carne de porco, milho, feijão, mandioca e arroz.(22) Eram os artigos de subsistência. Embora o rebanho bovino fôsse o mais numeroso, a carne de boi não era alimento diário. É que o gado vacum, razão econômica da existência da fazenda, era produto de exportação, e a êsse fim reservado. Não se comercializavam os produtos de subsistência produzidos na fazenda, e em sua produção se empregava maior mão de obra do que na do artigo exportável.

Não era, pois, extensiva a criação de suínos, que existiam nas fazendas apenas com capados, para o fornecimento do toucinho e de carne. Os demais gêneros da alimentação fundamental eram produzidos em roças “Geralmente se fazem as lavouras pelas terras de mato — informava o Capitão General em 1730 — que cortam e queimam, e a êste respeito lhe chamam roças que, sem mais benefícios que o referido, produzem os mantimentos com pasmoso excesso ao que nesses reinos se colhe (...) na mesma terra ou roça, em que semeiam êste ano, o não fazem para o seguinte, mas derrubam e queimam novo mato” e esperam os anos necessários para que na “primeira roça tenham crescido novas árvores e lenhas para se tornarem a queimar.” (23) Cento e quarenta e seis anos depois, ainda se aplicava o mesmo processo: “na vasta extensão dêste território a derrubada e a queima é o que se aplica no plantio do milho e do feijão, que sem mais trabalho recompensa o lavrador com 100 por 1” — dizia em seu relatório de 1876, o Presidente da Província.

Plantava-se e moía-se o trigo. “O trigo — relata Saint-Hilaire — cultivava-se nas terras que já foram cobertas de mato ou nos campos. Não se planta, semeia-se (...) Quando se quer cultivar no campo, começa-se por fazer o gado estacionar aí (para estercé-lo); depois trabalha-se a terra, e se semeia à mão, e cobrem-se os grãos fazendo passar por cima, à maneira de grade, a copa de uma árvore puxada por bois (...) Semeia-se o trigo dois ou três anos em seguida no mesmo lugar sem ser preciso fazer o gado adubar de novo (...) parece que a colheita é tanto melhor quanto mais forte tenham sido

as geadas (...) Para a cultura do trigo usa-se o arado e sabem (os cultivadores) aproveitar bem os campos.” (24)

Para completar a informação, Daniel Muller consigna no seu “Quadro Estatístico da Província de S. Paulo”, de 1836: “Método para plantar e colher o trigo: pronto o terreno, abrem-se as covas, nas quais se depositam os grãos. Ou semea-se depois de volvida a terra com enxada, ou arado, e este método é o mais comum.”

Na própria fazenda moía-se e panificava-se o trigo. Inventários de fazendeiros de Castro arrolam “pedras de moinho”, e Saint-Hilaire comeu o pão feito com a farinha dos Campos Gerais, achando-o “bem branco e muito saboroso”. A cultura do trigo foi abandonada mais tarde.

O médico da Província, Dr. Murici, explicava em 1875: “... ela foi abandonada quando os lavradores desanimados pela ferrugem, que não tiveram paciência de combater, colhiam 30 por 1 não obstante aquela moléstia, acostumados como estavam à colheita de 60 ou 80”. (25)

Leite e laticínios fabricados na fazenda, integravam a dieta. Ordenhavam-se algumas vacas, e fabricava-se queijo. Segundo Saint-Hilaire, os laticínios constituíam “a principal alimentação dos pobres e dos escravos.” Para o fabrico do queijo o leite era coalhado com o “coalho de veado, cujo efeito é mais pronto que o do bezerrinho” — notou Ayres do Casal (26)

Estavam comumente as casas das fazendas cercadas de pomares e hortas, onde as frutas européas se misturavam às do país: laranjeiras, pessegueiros, ameixeiras, macieiras, jabuticabeiras, figueiras, cerejeiras, pereiras, marmeleiros, ananazes, limoeiros, romãzeiras, parreiras, e nas hortas, couves, cebolas, batatas. (27)

Mantinha cada fazenda um pequeno rebanho de ovelhas, destinadas exclusivamente ao fornecimento da lã para as necessidades do vestuário, dos abrigos e das peças dos arreios. Fabricavam-se cobertores, tecidos grosseiros, “cochonilhos, que são uma sorte de pelúcia grosseiríssima com todo o comprimento da lã, a qual deve ser churra; e servem de colchão e de cobertura no inverno; e comumente para cavalgadura; ha-as de cores e se vendem caro.” (28) Bigg Wither, em 1874, viu numa fazenda de Tibagi, “algodoeiros muito bons, cujo produto supria a casa com panos e lençóis e também com material para manufatura de rendas”, que eram feitas pela senhora e suas filhas. (29)

Serviços especiais eram dedicados à formação de tropas de bois para o comércio. De um modo geral, para o abastecimento dos mercados de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Mas as fazendas situadas em Guarapuava e Palmas, exportavam gado vacum para o Rio Grande, também, quando as grandes charqueadas do sul devastaram os rebanhos gaúchos. Também se exportavam cavalos, sendo muito conhecidos, em certa época, os cavalos de Guarapuava. Saint-Hilaire em

1820, e Etienne de Rencourt em 1900, viram compradores de S. Paulo virem comprar o gado na própria fazenda produtora. O Presidente da Província afirma no Relatório de 1876, que os cavalos de Palmas e Guarapuava “em certas épocas do ano descem em tropas para a cidade de Ponta-Grossa, e aí se faz uma pequena feira, à qual concorrem compradores de fora da Província.”

Escravos e camaradas, na fazendas, desde que amanhecia, saíam em grupos para as internadas, a fim de “parar rodeio”. Consistia o rodeio no seguinte: espalhava-se sal em montinhos sobre o capim do campo, e os peões galopando ao longo da internada, gritando, chamavam o gado, que acorria de todos os lados para o lugar em que se encontrava o sal, e aí chegando se atirava a êle com avidez. Usando de seus laços, então, os peões à cavalo laçavam as rezes e os cavalos em pleno campo, derrubando-os e imobilizando-os para curar-lhes, com mercúrio, as “bicheiras”; para castrar os novilhos de quatro anos para a engorda; para marcar ferro os novilhos de dois anos. Separavam as vacas com cria nova, para as conduzirem para os poteiros mais próximos à sede, e conduziam para outra internada os bezeros em idade de desmame. Bigg Wither, que assistiu um desses rodeios em 1874, na Fazenda Fortaleza, fez a apologia do laço, “sem o que seria impossível a conquista daqueles lugares.”

Nas grandes fazendas, com muitas internadas, dias após dias, esta operação dos rodeios se repetia. Senhores e escravos saíam cedo, à cavalo, da sede da fazenda, levando um farnel de feijão com farinha e xarque, e acompanhados de tropa de mulas com bruacas cheias de sal.

Aprontada uma tropa com bois gordos, saía pela estrada rumo a S. Paulo, tangida por escravos e camaradas sob a chefia de um capitaz. (30)

Quase todos os serviços da fazenda eram feitos por escravos, nem sempre negros, porém. Os primitivos, que acompanharam a expansão paulista para o litoral paranaense, eram carijós, e sua situação jurídica era definida como “administrados”. Encontramo-los em Paranaguá nos tempos da mineração e muito mais tarde nas fazendas dos Campos Gerais. Nos inventários dos fazendeiros da última década do século XVIII e princípios do século XIX, são comuns os “gentios de guerra”. Eram escravos indígenas (coroados e botocudos), aprisionados nas investidas que os fazendeiros faziam, em represália, contra os bugres que lhes assaltavam as fazendas e as tropas. Assim, na fazenda de Jaguariaiva, em 1795, em 25 escravos, 11 eram “gentios de guerra”. (30) Os negros, porém, constituíram maioria. Distinguiam-se entre “crioulos” e de “nação”, conforme tivessem nascido no Brasil ou na África. Na segunda década do século XIX houve uma importação maciça de negros em S. Paulo. (31) Como reflexo, encontramos nas fazendas do Paraná, nessa época, escravos africanos “de nação” e jovens, dominando em número a força de trabalho. Eram das “nações” Casange, Congo, Cabinda, Munjolo, Loanda, Moçambique, Re-

bolo. (32) Os escravos do sexo masculino predominavam ligeiramente sobre os do feminino. O número de escravos na fazenda foi em aumento, desde o último quartel do século XVIII, até mais ou menos 1860, em que começou a declinar. Assim, em 1772, uma determinada fazenda da região de Castro tinha oito escravos e 152 cabeças de gado. Essa mesma fazenda, em 1795, tinha 25 escravos e 1346 cabeças de gado. Em 1842, o número de escravos se elevou para 44 e o gado a 2827. E, afinal, em 1870, o rebanho baixara a 2675 e o número de escravos a 35. (33)

Mas não apenas escravos e senhores compunham o grupo social da fazenda. Havia, como em todo o Brasil, uma camada intermediária, a que já se consagrou a denominação de “agregados”. Eram homens juridicamente livres, mas inteiramente subordinados à classe senhorial. Eram **camaradas**, conforme a denominação que se dava ao seu trabalho de jornaleiros. Residiam em terras da fazenda, em pontos mais distantes da sede, como vigilantes das invernadas mais longínquas; eram feitores, capatazes, capangas, compadres, formando uma rudimentar clientela dos donos de fazenda. O Chefe de Polícia da Província, em seu relatório de 1857, acusava os fazendeiros de terem “os malfetores, ou como seus capangas, ou como trabalhadores em suas fazendas”. Em geral, eram parte de uma população flutuante e móvel da Província, que vagava de fazenda para fazenda, e que acorria em massa para os ervais, nos períodos do corte da erva, quando os prêços eram altos. Gente que vivia “em periódicas peregrinações, fazendo-se acompanhar da família (...) por causa da erva-mate, que quando é tempo de colhê-la, a todos convida êsse fácil trabalho, de um lucro sempre certo (...) recolhendo-se para os bosques homens, mulheres, velhos, inválidos e até crianças, sem exceção”. (34)

Esta camada da sociedade adquire novas funções depois da Abolição. Em geral, com a libertação, os escravos abandonaram em massa as fazendas e foram para as cidades. Os camaradas os substituíram, e a relação social tradicional do Brasil, senhor-escravo, passou a ser a de “patrão-camarada”. Em geral caboclos, mas não excluindo negros e mulatos, os camaradas assumiram inteiramente a sua nova função pelos princípios do século XX. Peões, domadores, caseiros, servidores domésticos, suas relações com os patrões representavam ligeiras alterações do patriarcalismo brasileiro. Com suas famílias, moravam em casas de madeira ou ranchos, espalhados pelos campos das fazendas; mantinham relações de compadrio com seus patrões; suas filhas e os filhos menores, alguns deles, eram criados pelos fazendeiros nas casas dêstes, onde executavam serviços domésticos. Não se chamavam mucamas nem moleques, mas cumpriam a mesma função. Eram castigados pelo padrinho com castigos corporais nos raros momentos de rebeldia. E fugiam de casa, como os escravos, sendo necessário às vêzes a polícia para os reconduzir. Quando cresciam, eram os camaradas, assalariados, mas presos por certos laços de lealdade que não se rompiam facilmente.

Tôda a estrutura social e econômica, naturalmente, se compunha tendo como centro a classe senhorial. Em grande parte, os fazendeiros dos Campos Gerais eram descendentes de primeira geração de portugueses vindos para o Brasil durante a grande imigração peninsular do século XVIII, imigrantes que primeiro se estabeleceram como comerciantes nas vilas, como militares no tempo das guerras platinas, e que, depois, pelo casamento nas antigas famílias ou aquisição de terras com o capital conseguido no comércio, inclusive no comércio de tropas, se estabeleceram como fazendeiros. Em 1770, o Capitão General observava que o negócio de tropas era o que dava “modo de vida aos que vem do Reino”. (35)

Com a Independência, os chefes das grandes famílias fazendeiras começaram a participar da vida política, apoiando os presidentes de Província, e com a criação da Província do Paraná, a liderança política se institucionalizou com os fazendeiros dos Campos Gerais. Com isso, acentuaram-se os laços patriarcais da organização social, pelas maiores exigências de relações de lealdade, que tinham como base o parentesco. De fato, a liderança política exercida pelos fazendeiros se processa sob a forma de oligarquia. Nos princípios da República, quando umas oligarquias cederam lugar a outras da mesma base, um dos mais poderosos Presidentes do Estado dizia em carta a parente: “... confesso que se outra satisfação eu não pudesse ter de minha ação política no Estado, tenho a de ter eliminado, por completo, a oligarquia que dominou por tanto tempo...” e citava o nome de duas grandes famílias que, no Império, deram barões, conselheiros, comendadores, e que foram grandes fazendeiros e tropeiros.

Durante, pelo menos, a primeira metade do século XIX, as famílias fazendeiras residiam na própria fazenda, onde os filhos varões participavam dos trabalhos campeiros e as filhas dos serviços domésticos, servidas pelas escravas. Mas, no inverno, quando os serviços campeiros quase se paralizavam, a família se transportava para as cidades. Passando pela cidade de Castro em 1844, anotou um viajante: “os cidadãos moram pelas estancias de criar, pelo que as suas casas da cidade só se abrem aos domingos, dias santos ou de festas, tempo em que concorrem e fazem-na regorgitar”. (36)

6 — Com a abertura das minas de Goiás, “que pela multidão de gente que concorrem para ela se farão populosas”, e considerando que os campos de Curitiba “em menos de dois anos se verão exaustos de gados e de bestas e reduzindo tudo a uma falta geral”, pela pouca capacidade que tinha de abastecer as concentrações de mineiros, o Capitão General de S. Paulo mandou abrir, em 1730, uma estrada que ligasse as Vacarias da Serra aos campos de Curitiba, para fazer subir para as minas as manadas de gado chucro do Rio Grande. “Com a introdução dos gados e cavalgadas que pelo novo caminho entrarão dos campos do Rio Grande de S. Pedro do Sul e Nova Colonia, hão de diminuir no preço os gados e cavalgadas de Curitiba”, pensava o governador.

Não foi, porém, gado *vacum* que transitou pela nova estrada que vinha do Viamão. A primeira tropa que entrou nos campos de Curitiba, inaugurando a era do tropeirismo em 1731, compunha-se de “duas mil e tantas cabeças entre cavalos, mulas e éguas”. (37)

Desde aquele ano até o fim do século XIX, inumeráveis tropas de mulas passaram continuamente, provenientes do Rio Grande, das Missões, de Corrientes, do Uruguai, do Paraguai, com destino à grande Feira de Sorocaba.

Depois de atravessar as matas ao sul do Rio Negro, as tropas desembocavam nos Campos Gerais, onde deviam **invernar** algum tempo, para depois seguir para a Feira. Trechos de campo foram considerados reyunos, e assim protegidos contra a ocupação de particulares, destinados ao descanso das tropas. Mas, pela desordenada apropriação das terras por parte dos fazendeiros, os campos reyunos desapareceram. Não, porém, sem distúrbios. Em 1786, um ocupante desses campos pedia providências da justiça, alegando: “alguns tropeiros vindos do sul o inquietam e perturbam metendo tropas nos (seus) campos e queimando-os, como se deles fôsem senhores”. (38)

Com a desapareção desses campos, criou-se para os fazendeiros uma nova fonte de renda: o aluguel de suas pastagens, que desde então passaram a se chamar de **invernadas**.

Somente os estancieiros do Rio Grande podiam criar mulas, sendo proibida a sua criação ao norte do rio Iguaçu, nos campos paranaenses, portanto. E, cada vez mais, nos séculos XVIII e XIX, se fazia necessário grande número de muares para “a condução das minas” e para todo o transporte nas Capitânicas e Províncias de S. Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, que se abasteciam na Feira de Sorocaba.

Passaram os fazendeiros dos Campos Gerais (e, em parte, depois, os de Guarapuava e Palmas com a freqüência da estrada das Missões) a reservar cada vez maior número de invernadas em suas fazendas, para arrendá-las aos tropeiros. Era uma renda mais fácil do que a da criação do gado. Mesmo o gado *vacum*, originário de Guarapuava, e remetido em tropas para S. Paulo, por causa das longas distâncias, deveria ser **invernado** nos Campos Gerais. Tobias Monteiro, em 1903, fez esta observação durante sua viagem ao Paraná: “A tendencia atual é de transformar os campos do Paraná em campos de **invernagem**. Ponta Grossa e Palmeira **invernam** já o gado de Palmas e de Guarapuava e aspiram a **invernar** o de Mato Grosso. No sentido próprio, a **invernagem** é a engorda durante o inverno do gado importado, mas o sentido desta palavra se ampliou, e agora se aplica a todo o ano. O gado importado, no fim do verão, se refugia no mato, onde aumenta de valor durante o inverno, enquanto que o gado importado no fim desta estação, encontra belos campos em que engorda rapidamente”. (39)

O criatório foi se reduzindo nos campos paranaenses, à medida

que aumentava o novo modo de uso da propriedade. “Uma parte de nossos campos é destinada a invernar as tropas de bestas soltas, que forma o principal negócio da Província” — informava um fazendeiro ao Presidente, em 1860, e outro calculava que nos Campos Gerais invernavam por ano, permanentemente, “30.000 cabeças de raça muar destinadas às Feiras de Sorocaba”. (40)

Segundo conclusões de pesquisas documentárias de Aluisio de Almeida, o quinquênio 1855-1860, marca o ápice do comércio de mulas em Sorocaba, tendo entrado para a Feira cem mil mulas anualmente (41), que, conseqüentemente, invernaram nos campos das fazendas paranaenses.

Acompanhava a diminuição das áreas do criatório o completo descuido dos rebanhos bovinos pelos fazendeiros. O gado dos campos paranaenses degenerou — segundo a opinião da época. No seu relatório de 1876, dizia o Presidente da Província: “Percorrendo os Campos Gerais, de que se tem feito tão belas descrições sempre aquém da realidade, notei que a criação de gado ali não corresponde à grande extensão e riqueza dos pastos; fazendas de 3 a 4 léguas de magníficos campos, contêm apenas 600 a 800 rezes. Disseram-me alguns fazendeiros a quem fiz esta observação, que isto era devido ao abandono em que até bem pouco estivera a criação do gado. Os fazendeiros levados pelo lucro fácil e grande que tiveram com as invernadas das tropas vindas do sul (...) deixaram a criação do gado quase que completamente abandonada”. (42)

De muito antes dessa época, alterada cada vez mais acentuadamente a finalidade do uso da propriedade pela diminuição dos trabalhos de criação, as famílias fazendeiras passaram a residir nas cidades, ao mesmo tempo em que ampliava a economia monetária, se firmava a supremacia comercial das cidades sobre a antiga economia auto-suficiente das fazendas e diminuía o número de escravos.

O proprietário da fazenda Fortaleza, a maior da Província, com 31 léguas quadradas, que tinha antes 100 escravos, passou a residir na cidade de Castro, vendeu os escravos, conservando apenas 8. A fazenda deixou de ter agricultura, ficando apenas com invernadas para tropeiros e para engorda de gado. Do arrendamento auferia uma renda anual equivalente a mil libras esterlinas. (43)

Em 1865, firmas paulistas compravam ou arrendavam os escravos do Paraná para os cafezais paulistas, e em 1867, o imposto que a Província arrecadava sobre escravos saídos para S. Paulo “era quase igual ao imposto sobre animais”. (44)

Não era o arrendamento dos campos, porém, uma simples entrega da invernada ao tropeiro, contra uma retribuição. O que o fazendeiro arrendava era toda a organização da fazenda que, não obstante, continuava na sua administração, geralmente por meio de um capataz. As cláusulas de um contrato de arrendamento, de 1862, esclarecem o negócio: o fazendeiro arrendava uma “boa invernada com

macega de dois anos, para 650 ou 700 mulas”, recebia a tropa e dela “cuidaremos com os nossos cavalos, daremos sal de 15 em 15 dias”, e depois de alguns meses, “mandaremos conduzir a tropa para a Feira de Sorocaba, com nossos peões e capataz”. O arrendatário tropeiro “paga os poteiros e dá 10 mulas mansas para a condução da tropa e nós entramos com o resto dos cavalos”; o pagamento seria feito na Feira de Sorocaba por ocasião da venda das mulas “a 5 mil réis por besta”. (45)

Os fazendeiros transformaram-se, também, em tropeiros, indo eles próprios para o sul comprar as muladas, invernando-as em suas fazendas e vendendo-as em Sorocaba. Chegaram mesmo a dominar o negócio. Já em 1854, o Presidente Zacarias dizia em seu Relatório: “é sabido que os filhos desta Província estão em maioria entre os que fazem passar, trazidos do sul, tantos animais; também não admite dúvida que à mesma Província pertence a maior parte do capital empregado em semelhante comércio que, na comum estimativa, é perto de mil contos”, o que equivaleria aproximadamente a cem mil libras esterlinas.

O capital a que se referia o Presidente era apenas o ouro. O negócio de mulas era feito exclusivamente em moedas de ouro: a onça, isto é, a libra esterlina de ouro. Para efetivar uma compra de mulas no Rio Grande (mulas provenientes de Corrientes, do Uruguai ou do Paraguai), o tropeiro adquiria as onças em Curitiba, em S. Paulo ou no Rio, por meio de “banqueiros”, que eram os intermediários na aquisição, pagando-as com ágio em moeda nacional. (46)

Ampliando, cada vez mais, o seu negócio, os fazendeiros do Paraná tentaram eliminar o estancieiro gaúcho, que era apenas um revendedor. Em 1847, um fazendeiro e tropeiro dos Campos Gerais comprou, nas Missões, uma propriedade de “cinco léguas de campo comprido e três de largura, para fazer nela uma sociedade, para criar animais e invernar bestas”. (47) E, em 1860, para excluir o intermediário riograndense, os fazendeiros paranaenses iniciaram uma estrada que, de Xapacó, sem passar pelo Rio Grande, iria diretamente a Corrientes, na Argentina, donde provinha grande parte das muladas. (48)

7 — Com a transformação do uso da propriedade, partilhada entre o criatório e a invernação, com a predominância desta, que acompanhou a mudança do fazendeiro em tropeiro, e com a ampliação da economia monetária que a isso se seguiu — desenvolveu-se o comércio contra a auto-suficiência das fazendas, começando o predomínio econômico das cidades. Em 1857, o tenente de engenheiros Souza Pintangá anotava que, em Ponta Grossa, “as artes e os ofícios já vão sendo apreciados, de modo que encontram-se em pequena escala, carpinteiros, alfaiates, pedreiros, ourives e sapateiros” (49), e, em 1875, o Dr. Murici constatava que naquela mesma cidade fabricavam-se “lanifícios em pequena escala”. (50) Aliás, alguns anos antes, a Câmara

Municipal daquela cidade informava ao Presidente, “que a lã já se vende em tecidos” (51), e em Palmeira — continua o Dr. Murici: — “fabricam-se também alguns tecidos de lã, próprios para os menos abastados e para os escravos”. (52)

A indústria artesanal, porém, que se desenvolvia em tôdas as pequenas cidades dos campos, não poderia evoluir, pela entrada da mercadoria importada em grande quantidade, e que atingia todos os núcleos do Paraná. A farinha de trigo, importada do Prata em barricas, se encontrava em tôda parte, anulando qualquer possibilidade de desenvolvimento da cultura do trigo. As cidades se encheram de casas comerciais. O tenente Pitanga na sua viagem de 1857, vai anotando: “há em Campo Largo 56 casas de moradia habitual, entre elas 13 de negócios variados... O comércio de Ponta Grossa é distribuído por 30 casas, 12 das quais são de fazenda e 18 armazens de secos e molhados”. Em 1862, a cidade da Lapa tinha “32 casas de negócio de fazendas sêcas compradas na Côte”. (53) Era exagerado o número de casas comerciais nas cidades em relação à população. Vendiam de tudo, remédios, alimentação, tecidos, ferragens, louças, jóias, artigos de couro, etc. Podemos calcular a variedade de seus estoques, pelo fornecimento de uma casa comercial de Castro à fazenda Jaguariava, que consta do inventário da proprietária, em 1871. Os medicamentos constituíam longa lista, predominando o óleo de ricino, quina, rui-barbo, canela, jalapa, triaga, maná, pomada de cacau, sabão medicinal, salamargo, erva-doce, cantárida, nitrato de potassa, magnésia, cremor, éter, laudano, pó estomacal, santonina, salsaparrilha, barbíturico, cânfora, peitoral de anacanhya, tamarindo, puaia. Grande número de tecidos: morim francês, algodão infestado, chita de Londres, riscado francês, algodão trançado azul, cadarço de lã, retróz, baeta azul, algodão mescla, baeta vermelha, cassa imperatriz, mousseline, cadarço de linho para cós, cassinete, soutache, veludo, cobertores, chita larga violeta, cortes de vestidos de lã e seda, colcha de chita, biquinhos de sinházinha, merinó preto francês. Gêneros alimentícios e bebidas: sal, bacalhau, macarrão, barril do vinho tinto de Lisboa, barricas de farinha de trigo, açúcar, café, barricas de aguardente, latas de azeitona, garrafas de cerveja branca, vinho Lacrima Christi, cognac Superior, vinho Bordeaux, latas de chá Lypton. Artigos variados: lampião de querosene, palitos, velas de espermacete, cadeiras, facas com cabo de marfim, faca alemôa, sabonetes de bola, copos de cristal, espelhos, tigelas, canecas doiradas, pratos de travessa grandes, pratos de louça chinesa, fechaduras, espingardas, espoletas, chumbo, botões de madreperola, alfinetes, pregos de bater, taxas americanas, frigideiras de ferro, anil, roupas feitas, calças e camisas de tecidos grosseiros, toucas de seda e uma folhinha para 1870.

Enquanto em 1820, Saint-Hilaire só viu bancos de pinho compridos ao lado de mesas longas e rústicas, os inventários da segunda metade do século denotam mais refinamento. As cadeiras austriacas estavam presentes: 1 dúzia de cadeiras de palhinha novas e 2 cadeiras de encôsto tecidas com palhinha, mostram a “sala de visitas”, com

seus tocadores de sala, 2 espelhos grandes de sala, uma marquesa e as escarradeiras de louça. A sala de jantar tinha no meio uma mesa grande de jacarandá, “com gavetas”, rodeada de cadeiras de madeira com assento de sola, e um relógio de parede. De uma dessas mesas, que viu em 1874 numa fazenda de Tibagi, disse Bigg Wither: “from its massive structure and venerable aspect, might have been a relict of the baronial days of England”. (54) O rol das louças já era mais opulento: meia dúzia de pratos de porcelana da China, 17 pares de chécaras de porcelana da China, 12 pares de canequinhas de porcelana, 1 aparelho de porcelana de chá. Duas dúzias e meia de colheres de prata “inclusive as de chá, a de açúcar e a de sopa”, e outros tantos garfos de prata. Aparelhos de louça de pó de pedra, de louça parda e outro de “louça ordinária”. Chécaras e pratos azuis, 24 pratos travessas, pratos para doce, copos de vidro para água, 20 cálices, 31 copinhos para vinho, cálices para champagne. Bules de zinco, açucareiros de louça, tigelas, farinheiras de ferro, garrafões, canecas grandes. Na cozinha: caçarolas de ferro com cabo comprido, bacias de assar pão-de-ló, tachos para doces, chaleiras de ferro, forno de ferro, fôlhas para assar biscoitos, panelas de ferro, almofariz de bronze, chocateiras de ferro, espumadeiras de cobre, trempe de ferro para assar pão, caldeirão de cobre. Nos quartos, os velhos estrados de madeira assentados diretamente no chão, já tinham sido substituídos pelas camas, “catres de armação”, “catres tecidos de couro”, “camas de armação de jacarandá”; a roupa era guardada em canastras grandes de couro “com pregos dourados”, em baús de fôlha, em cômodas com gavetas e fechaduras e em armários grandes com portas. Completava-se com jarro e bacia de louça, o “ourinol grande pintado”, os lençóis de morim com babados, ou de linho; as colchas de baetão encarnadas, ou de chita, ou forradas de cassa; os travesseiros de cambraia vermelha com fronhas e os colchões de riscado. No quarto que servia de oratório, um “nicho pequeno com a imagem do Divino Espírito Santo”, imagem do Senhor Crucificado, guardado de prata, de 3 palmos; 1 imagem da Senhora do Rosário, dourada, com 2 palmos de altura; 1 de N. S. da Conceição, dourada; 1 de N. S. das Dôres. Aos vestidos das mulheres, acrescentavam-se as jóias: cordão de 5 medalhas de prata, rosário de ouro com crucifixo, memória, pares de bichas de ouro, par de bichas de pedras cravadas, par de brincos de pedra.

Os comerciantes das cidades forneciam aos fazendeiros gêneros a crédito. Também emprestavam dinheiro, cobrando-se nos inventários, de dívidas “provenientes de dinheiro de primor e fazendas”, com juros de 1¼% ao mês, em 1870.

8 — No seu Relatório de 1881, o Presidente da Província exprimia oficialmente um fato que vinha se agravando de anos atrás: “um ramo de comércio, que de alguns anos a esta parte, ha decaído consideravelmente, é o de animais muares e cavallares que, trazidos do Rio Grande, eram levados à Feira de Sorocaba”. E exibindo o montante das arrecadações, continuava: “estes algarismos exprimem a

oscilação e a decadência do comercio a que me refiro”, e opinava que isto se devia “à diminuição da procura de animais nas Províncias que deles se supriam por intermédio desta (do Paraná), e isto em razão do prolongamento das estradas de ferro, que vão excluindo os serviços feitos outrora por bestas”.

Estava, já de alguns anos antes, caracterizada uma crise, que se manifestava pela deterioração dos negócios de invernação.

Pela investigação documentária do historiador sorocabano, Aluisio de Almeida, verifica-se que de 1875 em diante, começou a declinar o número de muares entrado em Sorocaba, de tal maneira que em 1860 aquêle número atingia a casa dos 100.000, e no final do século não passava de 5.000 por ano. (55)

Pontas de mulas levadas das invernações das fazendas dos Campos Gerais para a Feira de Sorocaba, aí não encontravam facilmente compradores, eram então reconduzidas para o Paraná, onde se liquidavam por preços que, na expressão de um dos grandes tropeiros, “desmoralizava o negocio”. (56)

Ante a conjuntura, que se agravava continuamente, já em 1860, tanto os fazendeiros como o governo se preocupavam com o estado de abandono a que fôra relegada a criação de gado. Acreditava-se que a raça tinha degenerado. Nesse mesmo ano, o Barão de Tibagi opinava: “... a ausencia de raças que regenerassem a antiga, e o alto preço por que chega o sal ao fazendeiro, por falta de boas estradas, são as causas essenciais do estado pouco lisongeiro desta industria entre nós, a qual, com muito trabalho, não dá hoje uma recompensa de 5%”. (57) Em 1876, perdurava ainda a crise: “hoje — dizia nesse ano o Relatório presidencial — que decresceu muito aquele commercio (de muares), os fazendeiros estão voltando os seus cuidados para esta antiga e lucrativa industria (da criação de gado)”.

A situação agora era diferente daquela que presidiu ao desenvolvimento da criação de gado nas fazendas do Paraná, no século XVIII. Naquela época havia um mercado em carência, que apelava para os produtores, oferecendo-lhes altos preços. Agora, nas últimas décadas do século XIX, aqueles mercados contavam com outras fontes de suprimento, já organizadas para isso, enquanto que as fazendas do Paraná, depois de restringirem a produção durante tanto tempo, teriam, então, de se refazerem para novamente competir. “São constantes, há dois anos, — informava o Presidente em 1886 — as queixas dos criadores pela aglomeração de gado em suas fazendas, sem aparecerem interessados a êle. Longe, porém, de cogitarem na agremiação de todos os seus recursos para debelar a crise que os flagela, aguardam do tempo e dos acontecimentos incertas evoluções para o melhoramento de seu negocio”. (58)

A conjuntura trazia um rápido processo de empobrecimento para os fazendeiros. Sua riqueza era cada vez mais nominal. “Se não fôra o

valor que tem naturalmente tomado os campos pelo aumento da população — observava o Barão de Tibagi — os criadores de gado se achariam talvez na mais pobre classe da população”. (59) As famílias fazendeiras enobrecidas aguardavam na rotina de suas fazendas, que a crise passasse, “e enquanto não chega essa época, vão os fazendeiros restringindo mais e mais as suas despesas gerais e particulares, marchando deste modo, sem o perceberem, para a decadência particular e de sua classe” — advertia o Presidente da Província, em 1886. No mesmo relatório, o Presidente deixava claro que uma das dificuldades para se enfrentar a situação, era a degeneração do gado, criado por métodos que, em outras conjunturas, poderiam ser eficientes: “a Província de S. Paulo, que de muitos anos tem oferecido os únicos mercados consumidores para a exportação de nossas boiadas, muito há desenvolvido e melhorado a criação do gado em seu próprio território. Calculando pela diminuição que nestes últimos anos tem sofrido a nossa exportação, pode-se aventurar que aquela Província, dentro de pouco tempo, deixará de ser tributária da nossa nesse ramo de comércio (...) Sinto ter de confessar aqui a inferioridade do nosso gado para poder competir com outro importado no grande mercado do Rio de Janeiro”. Ainda mais, agora, em 1886, o gado paulista vinha concorrer dentro dos próprios mercados paranaenses: “há pouco mais de um mês — continua o Presidente — uma boiada vinda de Apiaí (S. Paulo), alcançou em Curitiba o preço de 40 mil réis por cabeça, sem refugo, ao passo que os bois vindos de Palmas, Guarapuava e Castro apenas tem conseguido, com dificuldade, 24 a 32 mil réis”.

A desintegração do sistema continuava. Em 1904, o Secretário das Finanças do Estado fazia as mesmas anotações que os Presidentes da Província: “A indústria pecuária está em decadência. É visível o aumento do consumo no Estado e a fraqueza da produção (...) o gado produzido em nossos campos não satisfaz, desde já, o abastecimento da população do Estado (...) O número de gado tem diminuído em nossos campos, não só pela fraqueza destes, devido às queimas anuais e necessárias, trazendo a degeneração da raça (...) só a qualidade do produto poderia compensar o desfalque sofrido; mas em pastagens exaustas de fosfatos, de azoto e hidrocarburetos, é impossível a reorganização de produtos que se caracterizam pelo peso e pelo leite”, e propunha então a melhoria do pasto e a introdução de novas raças, preferencialmente o zebú, que realmente substituiu inteiramente a velha raça, nos anos que se seguiram. (60)

A fazenda, com as estruturas que sobre ela se criaram, não cumpria mais a função de integrar uma comunidade no conjunto nacional, e logo depois, nem a de manter as grandes famílias enobrecidas dentro do contexto social da Província e do Estado. Forçosamente, portanto, essa estrutura se desagregaria.

A baixa renda gerada pela propriedade, o aumento dos núcleos familiares da sociedade fazendeira, ao mesmo tempo em que se chegava ao capítulo final da ocupação das terras de campo, várias situações

pressionavam sobre o sistema pelo qual aqueles núcleos familiares viviam agregados na grande família fazendeira apoiada, de fato, num mesmo patrimônio indiviso. Como uma resultante de todas essas situações, dissociou-se a família da propriedade. Os membros novos da grande família se viam forçados a procurar outras fontes de renda, ao menos suplementar, diferente da renda da terra. Segue-se a dispersão da família fazendeira. O processo de desestruturação do patrimonialismo da grande família fazendeira é acompanhado de tensões que seguem a decadência da velha classe em face das classes novas em ascensão, como, por exemplo, a dos imigrantes.

As novas gerações emigravam para S. Paulo, para o Rio Grande, para as cidades. Filhos de fazendeiros de Ponta Grossa, Lapa e Palmeira, fixaram-se nos campos de Passo Fundo, Palmeira das Missões, Soledade, Nonoái, S. Maria, no Rio Grande. Num inventário da comarca de Castro, de 1871, antes mesmo de ultimado, podemos constatar a dispersão dos herdeiros de uma grande fazenda: a maior parte deles vende a sua herança inteira, residentes como já eram em S. Paulo e noutras cidades, com outras profissões. Fazendas dos Campos Gerais eram vendidas à colonização russa e a Companhias Frigoríficas, que afinal também não se manteriam. (61)

Tobias Monteiro, visitando os arredores de Ponta Grossa, em 1903, captou com finura o fenômeno da desagregação de uma estrutura social com base na propriedade dos campos, e anteviu os traços de uma nova estrutura que iria sucedê-la: "e chegamos perto de uma igreja que parecia abandonada, em frente a uma grande habitação. Nesta igreja está sepultada a antiga proprietária do imenso domínio que outrora era uma dependência da habitação. O edifício pertence hoje a um alemão, que o comprou com uma pequena parte do terreno vizinho, por 26 contos de réis. Numa dependência da vasta morada ele estabeleceu uma casa de comércio, à qual ele consagra os lazeres que lhe permitem os cuidados da criação. Ao redor do velho colono se comprimiam dez crianças, das quais as mais velhas já cuidavam dos animais. Quanto aos herdeiros de D. Magdalena (tal era o nome da proprietária do domínio), ninguém soube informar a respeito. Dentro de alguns anos, se a igreja resistir às injúrias do tempo, o nome de D. Magdalena passará, talvez, à memória dos novos habitantes da localidade, como uma legenda confusa. Os herdeiros de seu domínio, sem dúvida, o fragmentaram, e como tantos outros, foram se refugiar nas cidades. Foram, talvez, pedir à proteção do governo, à escravidão da política, os modestos recursos necessários à sua existência e, com o aumento de suas famílias e de seus encargos, verão crescer dia a dia, em seu interior, a miséria do funcionário público. Os mais felizes terão feito de seus filhos doutores, oficiais, altos funcionários. Em sua velhice se regosijarão de os ver cabalar nas eleições, insultar seus adversários nos jornais, falar nas assembléias, preencher os quadros da administração, chegar mesmo a algum ministério. E enquanto as escolas, os ginásios, as faculdades produzirão, assim, fornadas de candidatos aos empregos, os netos do colono que conduzia nas estradas

as carroças de mate, se multiplicarão. Eles fecundarão os campos, cobrirão os pastos de rebanhos, espalharão as árvores frutíferas; nas cidades, eles estabelecerão as indústrias, tornar-se-ão donos do comércio, construirão belas residências. Tornar-se-ão prósperos, ricos, desfrutarão de tudo e dominarão realmente, pelo império das profissões independentes, a raça suicida que se crê dominadora". (62)

## CONTRIBUTION TO THE STUDY OF THE AGRARIAN HISTORY OF PARANÁ

### I Formation of the traditional agrarian structure of the "Campos Gerais".

#### S U M M A R Y

The fields of the State of Paraná of today were the region in which the fundamental economy of the community of the State was based during the whole XIX and part of the XVIII century. These fields are areas of land covered with natural pasture surrounded by woods, forming large island. They are named as follow: Campos Gerais, Campos de Guarapuava, Campos de Palmas and Campo Erê. Through all these fields the community of Paraná expanded itself on the basis of cattle-raising. A road system crossed all these areas connecting them with S. Paulo State through Sorocaba, and with Rio Grande, through Viamão and Missões.

The expansion of the farms increased after the discovery of gold in Minas Gerais and Goiás and led the farms to incorporate themselves as an important body in the supply system for the population concentrated in those mine fields.

The land property of these savanah areas, as all other land properties, was obtained by the occupation of the lands together with rudiments of a farm — cattle and slaves — and this possession was soon legalized by the grant of the *sesmaria* from the Government. Three obstacles limited the expansion of cattle-raising and required certain techniques from the farms: a) the land lacked salt, forcing the farmers to periodic distribution of salt to the cattle; b) the pasture grew very quickly becoming hard and difficult for the cattle to eat. This problem was solved by burning the fields so that a new and tender pasture grew; c) the frequent frosts which killed the pasture, which was solved by forcing the cattle into the woods.

Being the consuming market formed by Minas Gerais, S. Paulo and Rio de Janeiro, the farmers of Paraná limited themselves almost exclusively to the raising of cattle and horses to supply those markets. Thus the families of the farmers lived in the farms and the farm-work done by the slaves was divided into two kinds: the raising of cattle for the market and the creation of means of subsistence for the social group living in the farm, which was composed of the landlords, slaves and "agregados". The farm presented two structu-

res: one internal based on the mutual relations of the social segments which lived there, and the other represented by the relation between the farm and the external market. The social system of the fields of Paraná was established from the interaction of these two structures.

The system has two conjunctural moments which develop themselves together and which are reflected in the form of use of the land: the cattleraising, and the "invernagem" of the herds of mules, which coming from the south were taken to the market-place of Sorocaba. The predominance of the latter, at a certain moment, transforms the raiser of cattle into a mule trader, helps the development of the monetary economy, the growing of the towns, the increasing of trade, and causes the disappearance of the selfsufficient economy of the farms. At this moment cattle-raising declines.

In the last decade of the 19th century the changes of the market take effect; the improvement in the means of transport through railway construction and the consequent deterioration of mule trade and consequently the "invernagem" in the Campos Gerais. The decreasing income of the farmers which resulted for the most part from these activities, led them to dedicate themselves again to cattle-raising. But the live-stock market had been altered by that time. S. Paulo and Rio de Janeiro had developed their own live-stock raising and the cattle of Paraná fields could not compete with their production. A process of impoverishment of the farms is followed by a dispersion of the members of the families whose standard of living could no longer be supported by the patrimonial regime which existed as a result of the exploitation of the land. The slow process of structural desintegration continues to operate up to the present day in which new structures and new exploitation of the land are being tried to coordinate the economy of the new existing markets.

#### REFERÊNCIAS

- (1) Relatório do Presidente da Província, 1860.
- (2) Carta Régia, in Vieira dos Santos "Memória Histórica de Paranaguá".
- (3) Carta do Administrador das minas de Paranaguá — in Anais da Biblioteca Nacional — vol. 39 — p. 204.
- (4) Carta do Ouvidor Pardinho — in Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil — Tomo especial, I — 1956.
- (5) Informação da Câmara de Curitiba — in Bol. do Arq. Munic. de Curitiba 31 — p. 14.
- (6) Bando de Rodrigo Cesar de Menezes de 8-11-1725 — in Simonsen — "Hist. Econômica do Brasil" — 2.<sup>a</sup> edi. — p. 161.
- (7) Nota de A. Taunay in Simonsen, op. cit. — p. 163.
- (8) Ms. do Arq. Colonial de Lisboa — Fotocópia do Inst. Hist. do Paraná — doc. n.º 548.

- (9) Saint-Hilaire — “L’Agriculture et l’élève du betail au Campos Gerais” — Paris — 1849 — p. 4.
- (10) Bol. do Arq. Munic. de Curit., V. 13, p. 86 — Exposições do Barão de Tibagi ao Presidente da Província, in Relatório do Presidente J. F. Cardoso, 1860.
- (11) Avé de Lallement, “Viagem pelo sul do Brasil em 1858”, 2.ª parte, p. 284-5.
- (12) Assim, por exemplo, Diogo Toledo de Lara requereu uma sesmaria em 1773, dizendo que “há para 9 anos fundara nos campos de Curitiba, na paragem chamada Furnas, uma fazenda de gados”. José Gois de Moraes, num de seus vários pedidos, alegava que “passa de 3 anos introduziu e assentou curral com criação de gados e cavalgadas nos campos de S. João, distrito de Curitiba”. Outros indicavam o número de rezes que já possuíam nas terras que estavam requerendo: nos campos do Iapó, “tinha mais de 5.000 cabeças de gado vacum, fabrica de criados, escravos e cavalos” (Ms., fotocópias I.H.G.E.P.).
- (13) Ms. do Arq. Col. de Lisboa — Fotocópias do Inst. Hist. do Paraná — docs. n.º 1506-1507.
- (14) Daniel P. Muller, “Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de S. Paulo”, 1837 — 2.ª ed. — p. 131.
- (15) R. P. Pardinho — Provimentos de Curitiba e Paranaguá — in M. Marcondes “Documentos para a Hist. do Paraná” e “Bol. do Arq. Munic. de Curitiba”.
- (16) Ms. do Arquivo de Moisés Marcondes — Carta a Jesuino Marcondes — Biblioteca Pública do Paraná.
- (17) In Relatório do Presidente da Prov. — 1881.
- (18) Boletim do Arq. Munic. de Curitiba, V. 13 — p. 86.
- (19) Ms. da Câmara Municipal de Castro.
- (20) Autos de inventários de 1795 e 1870 — Cartório de Castro.
- (21) “Pai e Patrono” — Tip. Anuário do Brasil — Rio, p. 10.
- (22) Relatório do Pres. Lamenha Lins — 1876.
- (23) Carta do Capitão General Pimentel ao Rei — Ms. do Arq. Col. de Lisboa — Fotocópia do Inst. Hist. do Paraná. — doc. n.º 547.
- (24) Op. cit. — ps. 9, 10, 11.
- (25) José Candido da Silva Murici, “Ligeiras Notícias sôbre a Província do Paraná”, Curitiba, 1875.
- (26) “Corografia Brasílica” — tomo I — p. 231.
- (27) Saint-Hilaire, “Voyage dans les Provinces de Saint Paul et Saint Catherine” — Paris — Bigg Wither, “Pioneering in South Brazil etc”, 1878, 2.º vol. — cap. V.
- (28) Op. cit., loc. cit.
- (29) Op. cit., loc. cit.

- (30) Saint-Hilaire, "L'Agriculture etc" — Etienne de Rencourt, "Fazendas et Estancias. Notes de Voyage sur le Brésil et la Rep. Argentine", Paris, Plon, 1901 — Bigg Wither, op. cit. loc. cit.
- (31) Relatório do Pres. da Prov. de S. Paulo, Almeida Torres, 1829.
- (32) Autos de inventário de F. Xavier da Silva, 1829 — Cartório de Castro.
- (33) Autos de inventário dos donos da Fazenda Jaguariaiva — Cartório de Castro.
- (34) Relatório do Pres. da Província — 1876.
- (35) Doc. Interessantes p. Hist. Cost. de S. Paulo — V. 34 — p. 284-5.
- (36) Salvador José Coelho, "Passeio à minha terra", S. Paulo, 1860.
- (37) Carta de Cristovão Pereira que a chefiou — Ms. do Arq. Colonial de Lisboa - Fotocópia do Inst. Hist. do Paraná, doc. n.º 626.
- (38) Requerimento de Luis de Oliveira, cópia no Arquivo de M. Marcondes, Biblioteca Pública do Paraná.
- (39) "De Rio de Janeiro au Paraná, Voyage au sud du Brésil", Rio, 1903.
- (40) Informações do Barão de Tibagi e Manuel Inácio do Canto, in Relatório do Pres. da Província, 1860.
- (41) Citado por Alfredo Ellis Jr. in Revista de História, n.º 1 — p. 73.
- (42) Relatório do Pres. da Prov. — 1876.
- (43) Bigg Wither, op. cit., loc. cit.
- (44) Relatórios dos Pres. da Prov. — 1865 e 1867.
- (45) Carta do Barão de Tibagi, Ms. do Arq. de M. Marcondes, Biblioteca Pública do Paraná.
- (46) Cartas do Barão de Tibagi, solicitando a banqueiros a compra de onças e propondo juro a serem reembolsados depois da Feira de Sorocaba, 1862, Arq. Moisés Marcondes, Biblioteca Pública do Paraná.
- (47) Ms. do Arq. M. Marcondes, Biblioteca Pública do Paraná.
- (48) Informação de Manoel Marcondes de Sá, in Relatório do Pres., 1860.
- (49) Relatório ao Ministro da Guerra — in Rev. do Inst. Hist. Geo. Brasileiro, T. 26 — p. 257.
- (50) José Candido da Silva Muricy — "Ligeiras Informações sobre a Província do Paraná", 1885.
- (51) Informação da Câmara Municipal, in Relatório do Presidente, 1868.
- (52) Op. cit., loc. cit.
- (53) Relatório do Pres. da Prov. — 1862.
- (54) Op. cit. loc. cit.
- (55) Revista de História, S. Paulo, n.º 1, p. 73.

- (56) **Carta do Barão do Tibagi, Ms. do Arq. M. Marcondes, Bibl. Pública do Paraná.**
- (57) **In Relatório do Presid. da Prov., 1860.**
- (58) **Relat. do Pres. da Prov., 1886.**
- (59) **In Relat. do Pres. da Prov., 1860.**
- (60) **Relatório ao Presidente do Estado, apresentado pelo Secretário das Finanças, Dr. Javert Madureira, 1904.**
- (61) **Relatório do Dr. Javert Madureira, citado em nota anterior.**
- (62) **Op. cit. loc. cit.**